



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTOS SEM REVISÃO

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 2662/15	DATA: 08/12/2015	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 15h14min	TÉRMINO: 15h51min	PÁGINAS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

O SR. DEPUTADO GOULART - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dispensada a leitura por solicitação do Deputado Goulart, e informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares a Ata da 30ª Reunião, realizada em 3 de dezembro de 2015.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Comunico aos Deputados o recebimento dos seguintes expedientes: das empresas Telecom South America S.A. e Telecomunicação Brasil, que respondem à transferência de sigilo solicitada por meio do Ofício nº 87/2015; do Sr. Délcio Rocha, da Universidade Federal de Minas Gerais, que encaminha sugestões de ações a esta Comissão relativas ao abandono dos animais.

Ordem do dia: havendo número regimental, passamos à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Requerimento nº 121/15, do Sr. Fernando Francischini, que requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque os Srs. João Pedro Stedile, Presidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Charles Trocate, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Marabá; Oscar Boller, Administrador da Agropecuária Santa Bárbara; e o Delegado da Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá, Dr. Alexandre Silva, para prestarem esclarecimentos sobre a invasão da Fazenda Cedro, no Município de Marabá, onde diversas vacas matrizes, que, inclusive, estavam prenhas, além dos maus-tratos, foram mortas pelos invasores.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado autor do requerimento, Fernando Francischini.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, novamente cumprimento a todos os Deputados aqui presentes, o pessoal que nos assiste pela *TV Câmara*, os assessores que aqui estão.

Este é um caso de extrema relevância, nós nunca vimos antes um caso de barbárie contra os animais tão grande, reconhecido por todos os Deputados desta Comissão, os que estavam a favor e até os que estavam contra o requerimento.

Eram 20 vacas matrizes, como eles chamam, aquelas usadas somente para reprodução; todas prenhas, ou seja, tratadas para serem reprodutoras, para multiplicação de rebanhos. E foram praticamente dizimadas, a maioria delas foi morta com tiros de calibre 12, de espingarda de calibre 12 na cabeça. Algumas sobreviveram, fugiram daquele grupo e foram encontradas depois ainda agonizando vivas, pelo meio da fazenda. Um gesto de barbárie terrível.

E nós fazemos o nosso requerimento no sentido de continuar, como nós temos feito em várias comissões de CPIs, a trazer não só aquele que está lá na ponta, o executor do crime, desse ato de desfaçatez, de violações, dos crimes mais básicos em relação à proteção dos animais, mas também quem tem o comando, quem tem capacidade de baixar uma determinação, uma ordem, Deputado Capitão Augusto, para que parem com esses crimes durante invasões.

Já não basta a invasão, todos os crimes subjacentes, agora começa uma nova fase, parece que é uma vingança contra quem tem uma propriedade. Além de invadir a terra, agora eles cometem barbáries contra os animais, que, muitas vezes, são o motivo de existir daquela propriedade, deixando funcionários, pessoas que defendem a causa ambiental totalmente abismados com as imagens.

Somente a denúncia que eu fiz, que gerou essa repercussão imensa, teve mais de 5 milhões de acessos no Facebook, de pessoas pedindo que nós façamos uma convergência de votos aqui hoje para evitar a disputa. E, geralmente... Eu aqui faço novamente a minha defesa: estou convocando, pedindo a convocação, do Sr. João Pedro Stedile, por ser o líder maior do MST e quem pode dar ordem para acabar com essa matança de animais e invasões. Quem pode vir aqui e fazer um debate de alto nível sobre...

Inclusive, eu recebi Deputados que me ligaram, vinculados à bancada que tem representação junto ao MST, dizendo que ele tem procurado e dito que aquela



invasão não é do MST, que não teria nada a ver. Nada melhor do que ele mesmo vir aqui e debater conosco como fazer para que essas invasões não redundem em atos de barbárie como foi essa, Presidente.

Então, eu mantenho a convocação, o pedido de convocação do líder maior do MST, por entender que só trazer quem comete o ato de barbárie... O crime lá na ponta se encerra numa ação da própria Polícia, mas é preciso debater com o Delegado, que é responsável por uma região onde há essas invasões constantemente, com o líder do MST local, até com o coordenador da fazenda, o gerente da fazenda. Já que eu estou dando também a oportunidade para quem defende que pode não ter sido cometido pelo MST, como alguns falaram, que venham e também façam as suas perguntas ao gerente da fazenda, independentemente de quem seja.

Então, essa é a oportunidade, Presidente. Mas eu peço novamente: se nós levarmos para a linha ideológica, vai ficar novamente a impressão de que nós estamos aqui transigindo com a proteção dos animais. E aqui a grande maioria é de defensor militante na área de proteção ou são pessoas que passaram a ser simpáticas, como o próprio Deputado Nilto Tatto, que foi o Relator da parte dos animais silvestres, que fez um bom trabalho e que deu oportunidade de nós resolvermos a discussão que talvez ficou acalorada demais no final da sessão passada. E nós não queremos que esse calor, às vezes, de acusações mútuas contamine o clima que todos queremos aqui.

E faço este pedido: que nós possamos fazer um acordo de avançar com a CPI ainda no mesmo sentido que o Deputado Goulart tem proposto, de um acordo de aprovação desses dois requerimentos, Presidente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não cabe mais discussão, Deputado Nilto Tatto, porque nós tínhamos encerrado a discussão e fomos para a votação na sessão passada. Mas, como V.Exa. foi citado pelo Deputado Fernando Francischini, eu vou te conceder a palavra, mas não vamos entrar na discussão, vamos direto para a votação.

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, Presidente, pelo contrário, caímos na votação e nós tínhamos feito uma combinação de que não haveria outros requerimentos. Foi dado novo requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É o mesmo requerimento que, conforme vai caindo, fica na pauta.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Na verdade, o questionamento que eu quero fazer é porque ficou claro agora — e não estava claro na sessão passada —, ficou claro agora, com as informações e com aquilo que aconteceu durante a semana, que este não é o caso para ser tratado na CPI de Maus-Tratos. Então, nós estamos abrindo um escopo na CPI, no final dela, para um caso que não tem nada a ver, ou pelo menos, se tiver a ver o caso da morte das vacas, ele está com o foco errado.

Eu estou falando aqui porque eu fui atrás. Eu até levantei porque eu não tinha a informação... Se nós pegarmos a gravação da minha fala em que eu digo que não tinha visto nenhuma imagem que condenasse o MST... Não havia nenhuma foto, não havia nenhuma imagem que colocasse que aquela fotografia estava relacionada com o MST.

Então, só para nós pegarmos o caso e os fatos: a origem duvidosa das fotos mostra como é frágil esta acusação, qualquer apuração mais séria e menos tendenciosa pode atestar a falsidade dessas informações. Como seria possível se... Em 2012, durante um ato de manifestação, ao passar em frente à fazenda em questão, a Fazenda Cedro, os seguranças da fazenda, fortemente armados, atiraram contra os manifestantes deixando 22 pessoas feridas, dentre essas uma criança. Como seria possível entrar na fazenda para abater 20 vacas no interior da sede e nada ter acontecido? Quer dizer que os manifestantes, correndo em cima de bala, mesmo correndo, vão lá e matam as vacas, sem que o meio de comunicação tenha sido notificado na época ou a Delegacia de Conflitos Agrários tenha sido acionada? Então, nada foi feito na época.

Então a dúvida aqui é clara para nós avaliarmos: se é o caso de o coordenador nacional do MST vir aqui, que vive, eu acho, no Paraná, ou no Rio Grande do Sul — nem lembro mais onde está o Stedile... No Rio Grande do Sul? — e falar sobre uma manifestação que aconteceu lá no Pará, em Marabá, e que nós



não sabemos como aconteceu a morte das vacas, nem se sabe quem... Porque não veio para cá...

Então, nós estamos cometendo um erro aqui: vir para cá gente para trazer informação — o Coordenador-Geral do MST, João Pedro Stedile —, que não estava presente, não tem a informação... E a única informação que nós temos é que os manifestantes estavam correndo porque estavam sendo expulsos de outro lugar. Então, será que de repente não houve uma coisa armada?

Se nós tivéssemos tempo para analisar ainda esse caso, aqui nesta CPI, nós deveríamos ir à região, pegar o boletim de ocorrência e, como foi dito na reunião passada, trazer os responsáveis aqui para ver se a Justiça apurou ou não apurou. Nós fazemos aqui pela CPI, mas não é isso que está em questão.

Então, aqui está havendo um caso para politizar, atrapalhar o andamento da CPI desse período todo, denegrir a imagem desta CPI, porque vai trazer uma discussão ideológica aqui para dentro. O que ele está trazendo para cá é a questão fundiária, que aqui nunca... No Brasil, nós temos o problema que nunca resolvemos: a questão fundiária; nunca fizemos uma reforma agrária decente.

Aqui há um processo de tentativa de criminalizar os demandantes por terra, que são milhares de trabalhadores sem terra no Brasil inteiro, que estão se organizando e se organizam para poder garantir que tenham terra, porque é um direito ter essa terra. E aí nós vamos trazer essa questão aqui para dentro da CPI de Maus-Tratos aos Animais?

Eu estou questionando que este requerimento não deveria nem ter entrado aqui, porque ele vai atrapalhar o trabalho que nós fizemos durante esses 6 meses, ele vai estragar o nosso trabalho, ele vai deturpar o nosso trabalho. Então, eu estou aqui defendendo o trabalho que nós fizemos até agora e eu estou falando isso porque eu gastei uma energia, pelo menos na minha Sub-Relatoria. E eu não quero atrapalhar esse trabalho porque nós temos muito que fazer sobre maus-tratos de animais, que são animais que têm direitos e que não são reconhecidos pela nossa espécie ainda.

Eu, pelo menos na minha parte, daquilo que eu tratei, em que eu dei ênfase, estava trabalhando com animais silvestres: são 500 milhões que são atropelados, por ano, no Brasil, de animais silvestres. Nós temos muita coisa para poder avançar,



para criar política, para proteger, inclusive, centenas de espécies que estão ameaçadas de extinção, que são atropeladas, mortas no dia a dia, nas estradas, nas ferrovias, nos asfaltos do Brasil inteiro. E nós não conseguimos avançar. Aí agora nós vamos aqui analisar, trazer aqui para dentro uma questão social, que é a luta pela terra?

Deputado Fernando Francischini, vamos por a mão na consciência, porque aqui há vários Deputados que trabalharam, que colocaram energia aqui dentro, e nós vamos acabar estragando agora o relatório para trazer outra questão aqui para dentro.

Então a questão que V.Exa. trouxe é para questionar por que o Movimento ocupa a terra. Vamos falar da questão da produtividade dessas terras, dos grandes lotes fundiários, mas não é aqui essa discussão.

Não foram eles, não foi o MST e, portanto, nós estamos trazendo aqui, neste requerimento... V.Exa. está colocando neste requerimento o movimento errado, a pessoa errada, que não vai contribuir, justamente só para atender uma questão ideológica. V.Exa. quer politizar esta CPI no final dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ouviu, Deputado Nilto Tatto...

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Está aberta a discussão, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, a discussão já foi encerrada na sessão passada. Eu deixei o Deputado Nilto Tatto falar, porque o Deputado Fernando Francischini citou o Deputado, e eu acho que ele tinha que ter o direito, mas a discussão está encerrada.

Eu não posso, como Presidente, tirar de ofício um requerimento que já estava... Agora, se faz parte ou não da pauta, acho que vocês, membros, é que têm que deliberar através da votação.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, mas não é assim que funciona, V.Exa. já viu que, na discussão passada, não foi assim que funcionou. V.Exa. acha que os Deputados ligados à bancada ruralista vão votar com consciência aqui para proteger o trabalho que foi feito? Eles querem mais é acabar com o relatório. Eles querem acabar com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu entendo os seus argumentos, mas temos que submetê-lo à votação.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, nós temos que salvar o trabalho que fizemos e a energia que gastamos nesse tempo todo para poder defender os direitos dos animais. Nós vamos trazer aqui uma questão que não tem nada a ver com esta CPI? Eu pergunto qual é o interesse desses Deputados em defender os direitos dos animais. É só olhar o currículo e a história deles. E agora eles vêm aqui para atrapalhar o trabalho, e nós vamos aceitar, é isso? Não é possível! Não deveria ter entrado o requerimento.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Sr. Presidente, eu entendo que está aberta a discussão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, quero votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está encerrada a discussão. Em votação o requerimento.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS - Só peço 1 minuto para fazer uma justificativa de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aprovado o requerimento.

O SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS - O requerimento do Deputado Fernando Francischini?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Peço verificação.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Leonardo Monteiro pode pedir.

Registre a sua presença, Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Já fica registrada a presença quando o Parlamentar fala.

O SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS - Eu queria fazer uma justificativa de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Jefferson Campos.



O SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS - Realmente, é muito mais um caso de polícia do que da nossa CPI. O que foi feito com esses animais, destruir anos de trabalhos e pesquisas que estavam sendo realizados para fazer churrasco, para levantar uma bandeira de moradia de terra, isso é caso de polícia. Deveria ser preso quem faz uma barbaridade como essa.

É lógico que aqui é um fórum político, que há todo um debate em torno disso, mas eu sei que não vai haver quórum. É evidente que não há quórum para votação, mas só quero deixar registrada aqui a minha indignação quanto a esse ato. Eu entendo o Deputado Nilto Tatto quando faz essa defesa, porque eu também acho que aqui não é o fórum para debater isso. O fórum é a delegacia de polícia. Deveria estar preso quem faz isso. E eu quero deixar aqui registrada a minha indignação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Leonardo Monteiro, V.Exa. é Vice-Líder?

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Não sou Vice-Líder; sou membro da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, é preciso mais um apoio.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então, está aprovado. Caiu já, Sr. Presidente. É regimental.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Está aprovado, Sr. Presidente. Não há o que questionar, ele não é Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, está aprovado o requerimento. (*Palmas.*)

Resultado da votação:

SIM: 5;

NÃO: 3;

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu fico indignado com essa felicidade de estragar o trabalho de quem botou energia aqui durante esse tempo todo. Apareceu aqui...



O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Aqui é o local certo para discutir isso, sim. A CPI é sobre maus-tratos de animais, foi prorrogada e é o lugar para se discutir.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - A única coisa que o Deputado que está falando veio defender é rodeio. Veio defender rodeio, só veio aqui para defender rodeio!

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Eu represento aqui a polícia ambiental, que é o principal órgão de proteção animal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Item 2. Requerimento nº 122, de 2015, que *“requer que esta Comissão torne nulo o Requerimento nº 117, de 2015, que requer a convocação do Sr. Fernando Haddad, Prefeito da cidade de São Paulo, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as feiras clandestinas de comércio de animais.”*

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Goulart, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO GOULART - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados e Sras. Deputadas, foi amplamente debatida aqui essa convocação do Prefeito Fernando Haddad, o qual de pronto pediu para que viesse, na semana passada, o Sr. José Rubens, Secretário-Adjunto da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, a quem compete a fiscalização, ao lado da Diretora de Vigilância Sanitária da Prefeitura de São Paulo.

Já disse aqui, na sessão passada — minha fala está registrada nas notas taquigráficas —, da preocupação que tem o Prefeito Fernando Haddad com a causa animal. Ele inaugurou o Hospital Veterinário Público na Zona Norte e está ultimando as providências para inaugurar a unidade na Zona Sul de São Paulo. Portanto, é desnecessária a convocação do Prefeito Fernando Haddad. Inclusive, há pouco, o José Rubens ligou para o Presidente e vai marcar uma data para que possamos ser recebidos no gabinete do Prefeito. Os Deputados que puderem irão conosco.

Conversei antes da reunião com o Deputado Fernando Francischini e conto com o apoio de todos os Deputados, inclusive do Presidente, para tornar essa convocação sem efeito. Quero cumprimentar o Presidente pela preocupação e pelo



zelo que tem. Iremos ao gabinete do Prefeito para esclarecer todos esses assuntos e ele certamente punirá exemplarmente as pessoas responsáveis por aquela feira.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pode falar, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Queria que V.Exa. tomasse uma decisão. Acho que o requerimento de convocação do Prefeito é seu e que V.Exa. deveria deixar a Presidência para vir fazer a defesa do requerimento anterior e votarmos. Alguém assume a Presidência para que V.Exa. possa se posicionar e até orientar como nós devemos votar na CPI em relação a esse fato.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, quem vai assumir?

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Pois não, Deputado Ricardo Izar.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Quero dizer que eu sou contra o requerimento do Deputado Goulart, amigo que eu respeito e admiro. Na sessão passada, nós chegamos a discutir esse requerimento e combinamos que, até esta semana, seria dada uma data em que o Prefeito viria ou em que nos receberia lá. De novo, não deu a data.

Então, antes da sessão, eu liguei para o Secretário José Rubens, da Prefeitura, e ele disse que nos passaria um ofício, mas não deu ainda a data. Então, de novo, eu acho que o Prefeito não está dando a mínima importância para a CPI. E acho que fica até chato para a CPI ser desrespeitada tantas vezes. Convidamos, não deu bola; convocamos, não veio. E agora ele ganhou, ele vai vencer? Não, eu mantenho o requerimento de convocação. E mais: transformaria numa convocação coercitiva, por respeito a este Congresso Nacional. Só isso.

O SR. DEPUTADO GOULART - Eu novamente faço um apelo ao Sr. Presidente — eu conversei com alguns deputados — para que o Presidente fizesse a votação simbólica, como foi feito anteriormente, para que possamos aprovar o meu requerimento. E irei pessoalmente com os Deputados Ricardo Izar, Nilto Tatto,



Jefferson Campos, já que somos de São Paulo, ao gabinete do Prefeito, onde poderemos esclarecer todos esses problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Continua em discussão? (*Pausa.*)

Pode falar, Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Ontem mesmo, eu estive com o Chico Macena e acertamos de fazer essa ida na segunda feira que vem. Lembram qual era a ideia? Nós saímos com o compromisso aqui — V.Exa. pediu tanto para mim como para o Deputado Goulart — de tentar marcar uma audiência em São Paulo, para conversar lá, e nós fomos atrás.

Como não dava tempo de fazer ontem, na segunda-feira, até porque tinha que passar por aqui hoje, nós estamos agendando para segunda-feira que vem, conforme tínhamos combinado, até porque a Prefeitura está à disposição, inclusive porque acha que tem muita coisa para contribuir com o nosso relatório, com o relatório da Comissão. Nesse sentido, nós vamos ter muitos elementos, inclusive para enriquecer nosso relatório.

Então, eu pediria, Deputado Ricardo Izar, para seguirmos em frente com o cancelamento dessa convocação, porque nós estamos dando a palavra aqui de que vamos lá. E não vamos querer ficar mal com o conjunto dos Deputados, se não acontecer a reunião na segunda-feira. Evidentemente até facilita para os Deputados fazer essa conversa lá, porque há vários Deputados de São Paulo nesta CPI, e evidentemente para outros Deputados de outros Estados.

Então, eu pediria a V.Exa. que reconsiderasse.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu acredito no Deputado Nilto Tatto, acredito no Deputado Goulart, mas não acredito no Prefeito Haddad. Então, eu gostaria de manter a minha convocação. Nós estamos numa Comissão e eu só estou dirigindo os trabalhos, mas o que a maioria decidir define.

Inclusive, ontem eu estive na Feira da Jacu-Pêssego e na feira que acontece em frente ao Villa-Lobos e constatei que continua a venda ilegal de animais. Eu até tirei as fotos para, no dia em que eu tiver a sorte de encontrar o Prefeito Haddad, mostrar a ele, mas já faz 3 anos que eu corro atrás dessa sorte e não consigo.



V.Exas. fiquem à vontade, mas eu voto contra o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Continua a discussão.

Passo a palavra ao Deputado Fernando Francischini. Em seguida, ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - No mesmo sentido do Deputado Ricardo Izar, conversei com o Deputado Goulart. Tentamos costurar, desde a última reunião, um acordo, no sentido de estipular uma data específica, com horário, com tudo marcado.

Então, infelizmente, nós vamos acompanhar o Deputado Ricardo Izar, por entender que é um desprestígio. Como V.Exa. bem colocou, que aquilo é uma questão de polícia, que tinha de haver uma ação forte, não se pode permitir a venda de animais, sem o mínimo de controle, a céu aberto. Há 3 anos, o Presidente desta Comissão — V.Exa. sabe, nós não somos tão militantes como o Deputado Ricardo Izar, que vive isso no dia a dia — merecia ser recebido, independente de ser Governo ou ser Oposição, nem que fosse junto com os Deputados da base de apoio, para fazer uma exposição dos problemas de um representante tão importante do setor.

Então, por mais que queiramos fazer um acordo para ter, nessa situação, um final de CPI sem a convocação do Prefeito, nós esperávamos que houvesse data, horário, para que ele pudesse sair daqui com uma resposta, com uma divulgação perante o seu eleitor que defende e protege os animais. Mas, sem uma data e um horário específicos, nós saímos desmoralizados se revogarmos...

O SR. DEPUTADO GOULART - Será na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente, eu queria ponderar ao Deputado Ricardo Izar, que também é o Presidente da nossa CPI, que pudéssemos continuar trabalhando aqui, sem partidarizar, até porque essa questão da causa em defesa dos animais é uma causa justa. E vários de nós aqui, uns menos, outros mais, até defensores da causa, viemos a esta CPI para poder fazer um relatório que de fato contribuísse tanto com a defesa dos animais como também



do ponto de vista de sugerir, de propor até mudanças de comportamento, que, como sabemos, passa por esse processo.

Há uma cultura entre nós de como ser proprietário e de como vender animais. Nós precisamos mudá-la, e sabemos que isso implica mudar comportamento. E não se muda isso de um dia para o outro. Nós estamos falando aqui de uma cidade do tamanho de São Paulo, que não é uma cidade de 2, 3, 5 mil habitantes, onde os secretários e o próprio Prefeito têm uma agenda complicada. E estamos vendo aqui a contribuição de três Deputados de São Paulo, que estão dispostos a intermediar a essa visita, ou seja, encaminhá-la.

Portanto, eu queria propor aqui encaminhar essa proposta dos Deputados de São Paulo, que estão dispostos a intermediar essa visita à cidade e fazer essa interlocução entre a CPI, a administração e a Prefeitura de São Paulo.

Então, eu queria ponderar ao Deputado Ricardo Izar no sentido de retirar esse requerimento de convocação do Prefeito e de fazer essa visita à Prefeitura, ao Prefeito, liderada pelos Deputados de São Paulo. Inclusive o Deputado Ricardo Izar é de São Paulo também.

Então, o meu encaminhamento é no sentido de retirar esse requerimento de convocação e de fazer essa visita, como o Deputado Tatto e outros Deputados de São Paulo já encaminharam, para poder resolver essa questão, sem fazer uma disputa política, partidária, de forma a contribuir com a CPI — Maus-Tratos de Animais.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu não posso deixar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Nogueira.

O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA - Sr. Presidente, eu só quero fazer um registro aqui, ou seja, que apoio a iniciativa do Deputado Ricardo Izar. E, se esta Comissão votar hoje o requerimento do Deputado Goulart, que, de forma muito respeitosa, manifesto minha ponderação, será uma decisão esdrúxula, porque, em uma reunião, a Comissão aprova os requerimentos de convocação e, na outra, ela os torna sem efeito.

Agora, quanto à celeridade e ao teor, se vai ser na semana que vem ou não, eu acredito que o próprio Deputado Ricardo Izar é sensível à complexidade da



agenda do Prefeito. Mas o que não pode é haver, por parte do Prefeito, um silêncio. Ele tem que pelo menos sinalizar algo, tendo em vista que o prazo da Comissão foi prorrogado. Todos os Deputados aqui se conhecem mutuamente e sabem que há boa vontade de ambas as partes.

Só vou fazer uma reflexão aqui e vou concluir. Eu acho que a principal participação que esta Comissão deve dar ao Brasil e a esta sociedade que está vindo aqui é mostrar que o ser humano precisa respeitar mais os animais.

A própria Bíblia, que é o livro mais antigo e mais lido e que serve de referência para muitas atuações, no Livro de Eclesiastes, que foi escrito por Salomão, um dos homens mais sábios que existiu na terra, diz: O homem pensa que é mais importante do que os animais, mas ele não o é, porque ambos precisam respirar o ar para sobreviver e ambos morrem um dia. Porém os animais têm uma vantagem com relação a isso, porque os animais morrem e tudo termina, e os homens enfrentam o juízo. Então, aqueles que tratam com descaso, que maltratam os animais e o seu semelhante e que destroem a terra podem ficar impunes, pela legislação vigente, neste ciclo da vida, mas passarão pelo juízo ali à frente. E nós não podemos compartilhar com essas crueldades que são praticadas contra os animais.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que esta Comissão não pode ser complacente com quem quer que seja no que diz respeito principalmente aos maus-tratos, à falta de respeito para com esses seres vivos. Eu não defendo a humanização dos animais. O ser humano é ser humano, animal irracional é animal irracional, mas eles precisam ser respeitados, assim como toda a criação.

Então, meu apelo seria nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Com a palavra o Deputado Ricardo Izar e, depois, o Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu queria fazer uma sugestão: eu acho que podíamos atender os Deputados Leonardo Monteiro e Nilto Tatto e deixar marcado, na segunda-feira que vem, para ir ao gabinete do Prefeito. Mas, para isso, não podemos votar esses requerimento. Então, eu não pediria a verificação desse requerimento. Cairia a sessão, e não votaríamos o requerimento; nós o manteríamos do jeito que está. Se o Prefeito nos receber na segunda-feira, eu retiro, de ofício, o



meu requerimento aprovado, que faz a convocação dele. Se ele não me receber, transformamos a convocação em coercitiva. Eu acho que isso seria o ideal. Na segunda-feira, vou bater lá no escritório do Deputado Tatto, e vamos juntos até o Prefeito Haddad, para conversar, e levamos a taquigrafia para acompanhar a conversa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Só para esclarecimento, gostaria de dizer que tem que haver um pedido de retirada. Após aprovação do requerimento, não é mais de sua autoria, e, sim, da Comissão. Então, tem que haver aqui na Comissão um pedido de retirada deste requerimento, para que fique suspenso, a fim de que possa, efetivamente, contemplar o entendimento que estamos vendo que já está havendo aqui no Plenário.

O SR. DEPUTADO GOULART - No Parlamento, o acordo sempre foi feito para ser cumprido, embora eu respeite muito e seja seguidor dos ensinamentos bíblicos, primeiramente no que diz respeito a Eclesiastes, de quem até o meu querido irmão e amigo Mário Covas, quando estava para morrer, citou uma passagem, que marcou a todos nós. Quanto à construção do Templo de Salomão, certamente nós tivemos muitos ensinamentos que devem ser guardados por todos.

Eu, inclusive, na sessão anterior, votei contrariamente à convocação do Stédile porque achava que deveria ser chamado apenas o pessoal lá do Pará, que cometeram aqueles crimes, aqueles assassinatos com os animais. E, hoje, a minha manifestação é também pela convocação dele, porque eu acho que todas as pessoas inocentes podem provar a sua inocência falando, tendo em vista que muitas vezes usa-se o nome do MST inadequadamente. A votação da convocação ou não do Stédile, junto com aqueles assassinos que nós pudemos ver aqui no vídeo, foi simbólica.

Eu faço um apelo. Não é esdrúxula uma decisão desta Comissão, mesmo porque nós falamos aqui da preocupação e da satisfação que o Sr. Prefeito deu a esta CPI. Veio aqui o Secretário Adjunto da Coordenação das Subprefeituras, na semana passada, e não pôde falar, assim como também a Diretora de Vigilância Sanitária. Então, o Prefeito está dando satisfação, não está banalizando esta CPI.

O apelo que eu faço é que votemos simbolicamente. Vamos lá, na segunda-feira. Eu tenho certeza que vai ajudar muito esta CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Votar simbolicamente ou não depende da vontade de cada Parlamentar, que pode pedir verificação. V.Exa. pode retirar o requerimento, até que seja efetivada essa visita, até a próxima reunião, que pode ser, na próxima terça-feira. Se formos, na segunda-feira, visitar o Prefeito...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - V.Exa. pode retirar, a pedido, se os demais concordarem, é claro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - V.Exa. vai efetivar o pedido?

O SR. DEPUTADO GOULART - Eu retiro o pedido, para que seja votado na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Em votação o pedido retirado.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram, e os Srs. Deputados contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está retirado de pauta até a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

Deus os abençoe.